



A ORGANIZAÇÃO E EXECUÇÃO DO CONSELHO DE CLASSE DO IFPB – CÂMPUS CAMPINA GRANDE COMO INSTRUMENTO DE GESTÃO DA (IN)DISCIPLINA ESCOLAR

Icaro Arcênio de Alencar Rodrigues¹; Maria José Andreza Gomes²

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba – Câmpus Campina Grande.
1kikoicaro@hotmail.com; 2andrezagmatematicas2@gmail.com

Resumo: A indisciplina é uma situação que interfere no processo de ensino-aprendizagem. Neste contexto, apresenta-se o Conselho de Classe como uma ferramenta que contribui para a gestão da (in)disciplina escolar. Caracterizada como uma pesquisa de campo, explicativa, de corte transversal, qualitativa e quantitativa, utilizou-se um questionário aplicado a 12 representantes do Conselho de Classe do câmpus Campina Grande, com o intuito de investigar como o Conselho de Classe deste câmpus é organizado e executado. A Análise de Conteúdo consistiu na metodologia da análise de dados. Os resultados destacam as seguintes categorias: a frequência bimestral com que as reuniões acontecem; a etapa de preparação, que compreende o levantamento de dados e a organização de horários e local da reunião e convocação dos membros; no desenvolvimento do conselho destacou-se a apresentação dos alunos com problemas; na organização ressaltou-se à organização das reuniões dos conselhos que são consideradas como atribuição da COPED, do Departamento de Ensino Técnico e das coordenações de cursos; sobre os objetivos identificou-se duas subcategorias: acompanhamento dos alunos e análise qualitativa e quantitativa; a respeito do pós-conselho, ressaltou-se o acompanhamento pedagógico da COPED; o conselho de classe final também foi citado e um participante não se sentiu apto a responder. As considerações finais evidenciam que o conselho de classe contribui para a gestão da (in)disciplina, no entanto ele apresenta algumas falhas: centra seus recursos avaliativos na figura do estudante, deixando de lado a avaliação global do processo pedagógico, excluindo a representação discente da participação nesta instância colegiada. Consequentemente, cabe investigar qual a percepção dos participantes deste conselho sobre como estes avaliam a implementação de um conselho de classe participativo neste câmpus.

Palavras-chave: conselho de classe, organização, execução, (in)disciplina, gestão.

1 Introdução

Comportar-se de modo diferente das regras de convivência e pedagógicas é um fato comum nas instituições de ensino e exerce influência sobre a vida educacional. Neste âmbito, Vasconcellos (2009) destaca que o tema disciplina escolar é presente na vida dos pais, estudantes, professores, gestores educacionais e na mídia, assim como, representa uma das maiores reivindicações de professores para capacitação no que tange à formação continuada. De acordo com dados da TALIS (Pesquisa Internacional sobre Ensino e Aprendizagem), no Brasil os professores utilizam 20% do tempo disponível para a consecução das aulas com o intuito de manter a ordem no ambiente, diferentemente dos outros 33 países participantes da pesquisa que usam, em média, 13% como o mesmo objetivo (OECD, 2014). Revela-se, então, que o manejo do comportamento em sala de aula é



imprescindível como ferramenta auxiliar no processo de ensino-aprendizagem.

Surge, portanto, a necessidade de se discutir, também, sobre a gestão do comportamento no espaço escolar. Neste contexto, Gotzens (2003) afirma que a disciplina escolar contribui tanto para o desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem, quanto para o convívio social, em situações que transcendam o ambiente escolar.

Ultrapassando a visão focada no estudante, compreende-se que a indisciplina também pode estar presente nas relações pessoais e nas práticas pedagógicas de todos os atores educacionais (professores, estudantes, familiares, equipe técnica e demais servidores/funcionários). Portanto, a indisciplina será abordada neste trabalho, em uma visão ampliada e multifatorial.

Logo, essa pesquisa parte do pressuposto que compete à instituição escolar, em sua totalidade, a missão de gerir a (in)disciplina escolar, já que os comportamentos dos atores educacionais interferem diretamente no processo de ensino-aprendizagem que é a incumbência principal da escola. Neste âmbito, apresenta-se o Conselho de Classe que, dentre outras funções, destaca-se como mecanismo coletivo de gestão da (in)disciplina.

Para tanto, este artigo tem como objetivo central investigar como é organizado e executado o conselho de classe do IFPB – câmpus Campina Grande, como instrumento de gestão da (in)disciplina escolar, na perspectiva de 12 participantes do referido conselho deste câmpus. Esse trabalho apresenta parte dos resultados da pesquisa intitulada *A Interferência dos Processos de Gestão do Conselho de Classe na Gestão da Indisciplina: estudo no Instituto Federal da Paraíba – câmpus Campina Grande*, aprovada e fomentada pelo Programa Interconecta/IFPB (2017).

2 Metodologia

Este trabalho caracteriza-se, quanto aos objetivos, como uma pesquisa explicativa que segundo Gil (1999) tem como objetivo identificar os fatores que determinam ou contribuem para a ocorrência dos fenômenos. Quanto aos procedimentos, definiu-se metodologicamente como uma pesquisa de campo. Nesta o objeto da pesquisa é abordado nas condições naturais em que os fenômenos ocorrem (SEVERINO, 2007).

No tocante ao calendário de pesquisa, esta se caracteriza como transversal, devido à coleta de dados estar inserida em um período delimitado (entre



maio e junho de 2017). Como afirma Gray (2012), no estudo transversal, os dados são coletados em um momento específico como uma espécie de fotografia.

O presente trabalho também aborda, complementarmente, a perspectiva quantitativa – que possibilita a contagem e generalização dos resultados – e a qualitativa – que propicia uma interpretação rica e uma análise de dados com profundidade (SAMPIERI; COLLADO; LUCIO, 2013).

O estudo tem como campo de pesquisa o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB) – câmpus Campina Grande. A população deste estudo é constituída por 12 educadores que representam os setores que compõem o Conselho de Classe do câmpus supracitado (Diretoria de Desenvolvimento de Ensino (DDE); Departamento de Ensino Técnico (DET); Coordenação Pedagógica (COPEDE); Coordenação de Assistência ao Estudante (CAEST) e Coordenações de Curso). Foram incluídos na pesquisa todos os servidores que preencheram e assinaram devidamente o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

Portanto, neste estudo são levados em consideração os aspectos éticos de pesquisa envolvendo seres humanos. Assim, a presente pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa do IFPB, de acordo com o parecer 1.982.714, de 25 de março de 2017 (CAAE 65700417.9.0000.5185).

O instrumento de coleta de dados foi um questionário com perguntas abertas aplicado de modo impresso e também via e-mail, mediante autorização do servidor. O questionário consiste num conjunto ordenado de perguntas sobre variáveis e situações que se deseja medir ou descrever (MARTINS, 2016).

As perguntas do questionário objetivaram identificar a organização e execução dos conselhos de classe; os aspectos positivos e as possíveis falhas nas etapas que o compõe, assim como quais seriam as sugestões para melhorar este processo; bem como se há algum tipo de acompanhamento no pós-conselho, além de procurar saber que setor faz esse referido acompanhamento; também propôs uma avaliação sobre a atuação de cada setor que compõe este conselho; buscou também investigar se os objetivos a que se destinam o conselho são atingidos e se o colegiado em questão exerce alguma interferência no rendimento acadêmico ou comportamento dos discentes.

Após a coleta dos dados, a apuração ocorreu através da soma e processamento estatísticos destes. A Análise de Conteúdo foi o método



utilizado como base para a análise dos dados. Segundo Bardin (2016) a Análise de Conteúdo é um conjunto de técnicas de análise de comunicações que usa procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores, sejam eles quantitativos ou não, que possibilitem a dedução de conhecimentos concernentes às condições de produção ou recepção dessas mensagens. Por este método, foram identificadas categorias de análise, sendo estas compostas por elementos do conteúdo dos questionários agrupados por parentesco.

3 Gestão de Conselhos de Classe e Gestão da Indisciplina

Configurando-se como uma temática bastante presente no cotidiano educacional, a indisciplina atinge instituições públicas e privadas, além de interferir na prática de diferentes agentes educacionais, e na instituição escolar como um todo.

Para se pesquisar sobre a indisciplina no espaço escolar é necessário compreender alguns pontos que a permeiam. A forma que a disciplina tem sido administrada e as contribuições da gestão da (in)disciplina no contexto escolar se apresentam como pontos essenciais a serem destacados. Neste aspecto, Foucault (2004) apresenta o que se considera como aspectos negativos da disciplina escolar, quando tece críticas sobre o processo disciplinar observado nas instituições escolares, considerando-o como um instrumento de docilização dos corpos e das mentes dos sujeitos, além de ser utilizado como ferramenta de discriminação entre os pares, por meio das punições e avaliações.

Entretanto, de modo oposto, Morin (2000) aborda como função da escola a educação para a compreensão humana, por intermédio do ensino da compreensão entre as pessoas, a fim de propiciar condições para a solidariedade intelectual e moral da humanidade. O autor afirma que ao não se executar essa missão, abre-se espaço para o desenvolvimento do egocentrismo e o etnocentrismo que resultam na incompreensão de si próprio ou do grupo a que pertence, mascarando as próprias fraquezas e ressaltando, conseqüentemente, as fraquezas dos outros. Eles têm como causa o afrouxamento da disciplina, pois esta promove a renúncia dos desejos individuais (MORIN, 2000). Ressalta-se, portanto, o valor da disciplina como meio eficaz de socialização, já que desvia o foco de si mesmo para a existência do outro.

Sobre os focos da indisciplina, Vasconcellos (1997) mostra que ela é um processo multifatorial: o desinteresse do aluno (proveniente, por exemplo, da influência midiática externa ao ambiente escolar geralmente mais atrativa que a



escola); a família que não educa para os limites; a instituição escolar que não apoia o professor no âmbito pedagógico e a influência da desorganização da sociedade.

Cabe também destacar como o termo gestão está inserido na temática da (in)disciplina escolar. Cury (2007) enfatiza que a escola assume a missão de oferecer o ensino como um bem público. O autor define o termo gestão como levar sobre si, carregar, executar, gerar, comparando a ação de gerir com a de gestação, pois ambas trazem dentro de si um novo ente. Deste modo, a gestão da instituição escolar deve ser caracterizada pela gestão democrática, tendo o diálogo como ferramenta basal. Assim, a gestão escolar precisa assumir uma postura metodológica que abrange um ou mais interlocutores, que se interrogam com paciência na busca por respostas para o exercício da arte de gerir (CURY, 2007).

Neste sentido, Lück (2009) defende a gestão da disciplina escolar, ao explicar que esta missão está associada ao melhor desempenho na aprendizagem e na formação cidadã do discente. Enfoca ainda que a disciplina não equivale ao ensino de um comportamento dócil, silencioso e a ordem, pois nem sempre esses comportamentos são sinônimos de desenvolvimento do estudante, mas associa a disciplina ao estímulo à capacidade de apreensão e resolução de problemas que envolvem determinados objetivos.

Assim, Paro (2010) discorre que a coordenação das ações escolares pode ser também executada por meio de conselhos e representantes. Reforça-se, então, o Conselho de Classe como uma instância coletiva e democrática para a gestão das questões escolares, neste caso a (in)disciplina.

Mediante as definições e a aplicação do termo gestão, compreende-se que a gestão/administração da (in)disciplina não é equivalente à repressão ou autoritarismo, de modo a desconsiderar a autonomia de pensamento e ação dos estudantes, mas um meio de educar os jovens e os educadores a conduzir o próprio comportamento para que este contribua de forma eficaz com o processo de ensino-aprendizagem. Revela-se a função democrática e dialogal em que a gestão escolar está inserida. Conteúdos e comportamentos se entrelaçam neste aspecto da gestão escolar.

No âmbito da gestão democrática, a única instância colegiada, no Instituto Federal da Paraíba (IFPB), que tem como finalidade a avaliação do processo de ensino-aprendizagem e a tomada de decisões neste aspecto é o Conselho de Classe. De modo formal, define-se Conselho de Classe como um instrumento de avaliação do desempenho do estudante que propicia a tomada de decisões sobre que caminhos a escola



deve seguir para que ele obtenha resultados satisfatórios frente ao processo de ensino-aprendizagem. No IFPB, o Conselho de Classe deve ocorrer, obrigatoriamente, ao final de cada bimestre letivo.

A avaliação do desempenho do discente, proposta por este conselho, inclui as seguintes características: o domínio do conhecimento; a capacidade de superação de dificuldades de aprendizagem; a participação do estudante, que engloba o interesse, o compromisso e o envolvimento e atenção às aulas; a presença nos Núcleos de Aprendizagem; a pontualidade nas entregas das atividades escolares; frequência escolar; iniciativa sobre estudos adicionais relacionados às disciplinas; e o relacionamento interpessoal (IFPB, 2014).

Complementa Cruz (2015) sobre a função da avaliação do conselho de classe:

A avaliação no Conselho de Classe é uma ação pedagógica histórica, isto é, inserida dentro do processo de vida da escola, intencionalmente executada e com um fim claro. É ainda um espaço de reflexão pedagógica em que o professor e o aluno se situem conscientemente no processo que juntos desenvolvem. Não é apenas um espaço burocrático de 'entrega de notas dos alunos à coordenação'. Para isso, não há necessidade de Conselho de Classe. (CRUZ, 2015, p. 10, grifo do autor).

Este órgão é composto pelo Coordenador do Curso, todos os docentes da turma em análise, um representante da COPED, um representante da CAEST e um representante da turma que está sendo avaliada. O Conselho de Classe tem como objetivos: analisar de forma sistemática o processo de ensino-aprendizagem; propor medidas alternativas visando à melhoria da aprendizagem; analisar e discutir sobre o desempenho acadêmico do estudante e deliberar sobre a situação final do estudante, quando se refere ao Conselho de Classe Final (IFPB, 2014). Acrescenta-se que a Diretoria de Desenvolvimento de Ensino e o Departamento de Ensino Técnico também acompanham o referido processo. Informa-se que no câmpus em estudo ainda não foi inserida, na prática, a figura do representante discente como membro deste colegiado.

Ampliando a perspectiva do Conselho de Classe, a proposta de Freinet para estes colegiados foca a participação cidadã e democrática. Por meio de reuniões semanais, os estudantes e professores tratam sobre o plano de trabalho coletivo e individual, nos quais se avaliam os conteúdos curriculares, levando em consideração o conhecimento trazido pelo aluno; avaliam qualitativamente a aprendizagem; discutem-se os conflitos em sala de aula; ponderam sobre o ritmo do trabalho e o processo de cooperação em sala; tomam decisões e se



estabelecem os critérios de acompanhamento para a execução destas ações. Portanto, no âmbito deste conselho de classe, propicia-se a livre expressão e a escuta do outro; o conhecimento da realidade daqueles que compõem o espaço da sala de aula e a criação coletiva de um código de normas, além de fomentar a auto e a hetero-avaliação (MORAIS, 1997).

Para Guerra (2010), de acordo com a legislação educacional do Estado de São Paulo, os alunos de cada série podem participar das reuniões do conselho, no entanto, afirma que maioria das escolas os alunos ou seus representantes não são convidados a participarem do conselho. Todavia, no câmpus Campina Grande, até o momento, não se verifica a participação efetiva da representação discente nas reuniões, mesmo com presença garantida constante no regulamento didático da instituição.

Ante ao desafio de contribuir para o desenvolvimento intelectual dos estudantes e para um ambiente adequado para um convívio saudável no ambiente escolar, emerge o papel do Conselho de Classe, que se propõe a avaliar periodicamente o processo pedagógico e os fatores que o permeiam.

Buscando compreender mais especificamente como é organizado e executado o conselho de classe do IFPB – câmpus Campina Grande, como instrumento de gestão da (in)disciplina escolar, serão apresentados na próxima seção os detalhes das respostas dos participantes sobre esse quesito.

4 Aspectos gerais que contemplam a organização e execução do conselho de classe

A primeira pergunta do questionário objetivou conhecer a percepção dos participantes sobre a organização e execução dos conselhos de classe. As respostas revelaram 8 categorias que destacam as etapas dos conselhos de classe, a saber: frequência, preparação, desenvolvimento, objetivos do conselho de classe, organização, ações pós-conselho, conselho de classe final, e uma delas revela que um dos participantes está impossibilitado de responder essa questão. A maioria destas apresentam subcategorias que contribuem para a melhor compreensão qualitativa e quantitativa das respostas. O percentual de cada categoria foi realizado mediante informações encontradas nas subcategorias, sendo assim, feito de forma distinta de uma categoria para a outra.

No quesito **frequência**, dentre as doze respostas, houve uma ocorrência de 50% sobre





o período em que o Conselho de classe acontece: bimestralmente. Nas demais respostas não foi evidenciada referências à categoria frequência com que ocorrem os conselhos, porém isso não se configura que os outros 50% desconheçam, pois provavelmente essa categoria não apresentou um grau de relevância a ser destacado, por ser um evento comum à rotina institucional.

Em relação ao item **preparação do conselho**, houve seis referências a ele, compreendendo três subcategorias: levantamento de dados, horário e local da reunião e convocação dos membros. Cada uma das subcategorias revela aspectos importantes, como: levantamento das notas e a assiduidade dos alunos, feitas por meio de acesso ao sistema de controle acadêmico atual, o SUAP, ou no sistema antigo (o Q-Acadêmico), no qual algumas turmas ainda estão registradas.

Também foi evidenciado sobre quem fica a responsabilidade na organização do espaço e horário das reuniões, como se percebe na seguinte resposta:

[...] a COPED juntamente com a DEP [Direção de Ensino], organizam os horários e locais de realização dos Conselhos e através de memorando circular encaminham o cronograma, solicitando aos Coordenadores dos cursos técnicos integrados a convocação de todos os professores das series/turmas destes cursos para o comparecimento a respectiva reunião, também são convidados, a Direção de Departamento de Ensino Técnico, uma representação da Coordenação de Assistência Estudantil e da Coordenação Pedagógica. (P3).

A resposta supracitada afirma que o Departamento de Ensino Técnico é apenas convidado, contudo esse setor tem presença ativa na fase preparatória dos conselhos de classe. Destacou-se também a existência de uma convocação feita a todos os componentes que integram o conselho para se fazerem presentes nas reuniões, com destaque à Coordenação Pedagógica.

No que se refere ao **desenvolvimento do conselho** foram observadas sete subcategorias dentre as doze respostas dos participantes (apresentação dos alunos com problemas; problemas encontrados em cada turma; composição do conselho; opinião dos professores acerca dos alunos; número de atendimentos feitos pela COPED no bimestre; autoavaliação por parte dos professores e críticas ao conselho). O ponto mais ressaltado durante a realização das reuniões foi a apresentação dos alunos com problemas (28,58%), como, por exemplo, destaca P2. Essa resposta revela que o foco



dos conselhos de classe do IFPB – câmpus Campina Grande está dirigido aos problemas dos estudantes.

Cruz (2015) ressalta que o conselho de classe é ambivalente: por um lado é um dos espaços mais ricos para se promover a transformação da prática pedagógica, por outro é um dos mais mal aproveitados nas escolas, pois tem se transformado em um instância de julgamentos dos alunos, sem que se dê a estes sujeitos direito à defesa, e de críticas improdutivas sobre a prática pedagógica, reforçando mecanismos de controle arbitrário, de concentração de poder e de exclusão social.

Portanto, observa-se que, no aspecto humano, a escola permanece antiga, de modo que os discursos continuam os mesmos. Salienta-se, ao se observar o trabalho do psicólogo escolar, que os estes são convocados, pelos professores, a **dar um jeito** nos estudantes que recusam a aprender e a ficarem bem-comportados. Quando os docentes são questionados sobre qual a influência da escola no comportamento dos discentes, eles reclamam que os pais desfazem o que a escola realiza, afirmando que não se pode fazer nada contra as deficiências afetiva, econômica e cultural, ou seja, o problema da educação é um problema social, contudo excluem a escola e o conjunto de educadores que a compõe desse âmbito. De modo oposto, nota-se que ao se analisar o sentido da palavra social, o problema do estudante pode ser entendido como um problema de toda a sociedade (VALORE, 2008, grifo do autor).

Assim, a Psicologia Escolar se coloca no campo de missão cujo objetivo é transcender a visão terapêutica, como aponta Valore (2008, grifo do autor), ao sugerir que a **Psicologia do Escolar**, que privilegia olhar sobre o **aluno-problema**, seja substituída pela **Psicologia Escolar**, que compreende a escola como um microsistema social, no qual se produzem e reproduzem formas e níveis de relacionamento, e atua de forma preventiva e contempla a instituição em sua totalidade.

Também é notório um aspecto negativo na crítica sobre a atuação de representantes de determinados setores, como se observa na resposta de P8 que destaca que os representantes da COPED e da CAEST não participam efetivamente do conselho de classe, ressaltando que muitas vezes os participantes apenas estão presentes para fazer número.

A resposta de P8 sobre a participação da COPED e a CAEST no conselho de classe pode ser analisada em, pelo menos, dois pontos: o desconhecimento de que essas duas coordenações não tem poder de decisão, mas de assessoria ao referido conselho; ou pode considerar a necessidade de se alterar essa configuração atual



de participação destas coordenações para uma em que a COPED e a CAEST possam ter presença mais ativa, por meio de uma mudança no regulamento do conselho de classe do IFPB.

Na categoria **organização** constatou-se que o maior percentual (28,58%) refere-se à organização das reuniões dos conselhos que são consideradas como atribuição da COPED, do Departamento de Ensino Técnico e das coordenações de cursos. Foram identificadas algumas discordâncias no que se refere a organização: há um percentual de 14,28% entre os demais, que diz que essa parte fica por conta apenas da COPED, o mesmo percentual em uma outra subcategoria revela que são as coordenações dos cursos que organizam. Percebe-se com isso um conflito entre as informações, contudo, há o reconhecimento de que tanto a COPED, quanto as Coordenações de Curso são instâncias responsáveis pela organização destas reuniões.

Sobre **objetivos do conselho de classe**, dentre as doze respostas foram identificadas duas subcategorias: acompanhamento dos alunos e análise qualitativa e quantitativa. Percebe-se que há uma limitação nesta questão, pelo aspecto pouco mencionado entre os participantes, já que esses objetivos se configuram como sendo de extrema importância. Afinal os conselhos de classe acontecem mediante um propósito específico de ajudar toda a comunidade escolar a fim de obter desempenho satisfatório no quesito ensino-aprendizagem.

No que se trata dos **acompanhamentos pós-conselho** foi observado que 58,33% apontam que há realmente um acompanhamento feito pelos órgãos internos competentes, e que também os pais ou responsáveis são chamados a comparecer quando necessário.

Assim, P3 destaca que a COPED realiza acompanhamento pedagógico com os discentes destacados no conselho e seus respectivos familiares e, quando necessário, os encaminha para atendimento em outros setores, como o psicológico e de serviço social (CAEST), e núcleos de aprendizagem e monitoria, no intuito de solver os problemas identificados.

Dentre o número total de participantes foi verificado que 25% chegaram a falar sobre o **conselho de classe final**, que ocorre no final do ano letivo após as avaliações, destacando que o mesmo visa apenas observar os alunos que estão em situação de reprovação em três disciplinas após a prova final. É dado ênfase ao fato de que este último conselho é deliberativo podendo assim resolver as pendências referentes a esta reunião por meio de votação.





Por fim um dos participantes (8,33%) declarou-se **impossibilitado de responder a questão**, alegando que entrou no seu atual setor de trabalho a pouco tempo, não dispondo de experiência sobre esse momento colegiado.

5 Considerações Finais

O conselho de classe do IFPB – câmpus Campina Grande apresenta etapas distintas e conta com uma diversidade de participantes que representam diferentes setores que compreendem a gestão pedagógica do referido câmpus, configurando-se como um campo propício para avaliar a prática pedagógica e contribuir na gestão democrática da (in)disciplina escolar.

Apesar dessa organização, o referido conselho apresenta algumas falhas: centra seus recursos avaliativos na figura do estudante, deixando de lado a avaliação global do processo pedagógico, além de excluir a representação discente da participação nesta instância colegiada. Consequentemente, cabe investigar qual a percepção dos participantes deste conselho sobre como estes avaliam a implementação de um conselho de classe participativo neste câmpus.

Referências

CRUZ, Carlos Henrique Carrilho. **Conselho de Classe**: espaço de diagnóstico da prática educativa escolar. 3. ed. São Paulo: Loyola, 2015.

CURY, Carlos Roberto Jamil. A gestão democrática na escola e o direito à educação. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**. Goiânia, v. 3, n. 3, p. 483-495, set./dez. 2007. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/index.php/rbpae/article/view/19144/11145>>. Acesso em 13 fev. 2017.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**. 29. ed. Editora Vozes, Petrópolis, 2004.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GOTZENS, Concepción. **A disciplina escolar**: prevenção e intervenção nos problemas de comportamento. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2003.

GRAY, David E. **Pesquisa no Mundo Real**. Porto Alegre: Penso, 2012.

GUERRA, Mônica Galante Gorini. **Formação de Professores e Coordenadores**: o conselho de classe na perspectiva crítica. 2. ed. São Paulo: Special Book Services Livraria, 2010.



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA. (IFPB). **Regimento do Conselho de Classe** – Cursos Técnicos Integrados. 2014. Disponível em:

<[https://editor.ifpb.edu.br/campi/guarabira/arquivos/documentos/Regimento do Conselho de Classe.pdf/view](https://editor.ifpb.edu.br/campi/guarabira/arquivos/documentos/Regimento_do_Conselho_de_Classe.pdf/view)>. Acesso em 21 fev. 2017.

LÜCK, Heloísa. **Dimensões de gestão escolar e suas competências**. Curitiba: Positivo, 2009.

MARTINS, Gilberto de Andrade. **Metodologia da investigação científica pra ciências sociais aplicadas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2016.

MORAIS, Maria de Fátima. A Pedagogia de Freinet e a Formação da Cidadania. In: MORAIS, Maria de Fátima (Org.). **Freinet e a escola do futuro**. Recife: Bagaço, 1997.

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. 2. ed. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 2000.

OECD. **New Insights from TALIS 2013: Teaching and Learning in Primary and Upper Secondary Education**. OECD Publishing, 2014. Disponível em:

<<http://dx.doi.org/10.1787/9789264226319-en>>. Acesso em 10 fev. 2015.

PARO, Vitor Henrique. A educação, a política e a administração: reflexões sobre a prática do diretor de escola. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 36, n. 3, p. 763-778, set./dez. 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ep/v36n3/v36n3a08>>. Acesso em 13 fev. 2017.

PARRAT-DAYAN, Silva. **Como enfrentar a indisciplina na escola**. São Paulo: Contexto, 2009.

SAMPIERI, Roberto Hernández Sampieri; COLLADO, Carlos Fernández; LUCIO, María del Pilar Baptista. **Metodologia de Pesquisa**. Tradução Daisy Vaz de Moraes. 5. ed. Porto Alegre: Penso, 2013.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23 ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2007.

VALORE, Luciana Albanese. Contribuições da psicologia institucional ao exercício da autonomia da escola. In: SILVEIRA, Andréa F. et al. (Org.). **Cidadania e Participação Social [on line]**. Rio de Janeiro: Centro Eldstein de Pesquisas Sociais, 2008. Pp. 105-114. Disponível em: <<http://books.scielo.org/id/hn3q6/pdf/silveira-9788599662885-11.pdf>>. Acesso em 07 jul. 2017.

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. **Indisciplina e disciplina escolar: fundamentos para o trabalho docente**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

_____. **Os desafios da indisciplina em sala de aula e na escola**. Série Idéias, n. 28. São Paulo: FDE, 1997. Disponível em: <http://www.crmariocovas.sp.gov.br/pdf/ideias_28_p227-252_c.pdf>. Acesso em: 22 maio 2009.